

ANEXO IV
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS UFJF
CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

ENSINO MÉDIO E MÉDIO TÉCNICO

LÍNGUA PORTUGUESA (TODOS OS CARGOS)

PROGRAMA

1. Compreensão e interpretação de textos: identificação de elementos textuais, intertextuais e contextuais; inferência; relações de causa e consequência. 2. Tipologia e gêneros textuais. 3. Figuras de linguagem. 4. Sinonímia; significação de palavras e campo semântico. 5. Classes de palavras. 6. Modificadores de palavras e efeitos de sentido. 7. Coesão textual: referência, substituição, repetição. 8. Mecanismos de coerência textual. 9. Sintaxe: relações morfossintáticas estabelecidas em períodos simples e compostos; efeitos semânticos provenientes de relações sintáticas. 10. Emprego de tempos e modos verbais. 11. Regência nominal. 12. Regência verbal. 13. Concordância verbal e nominal. 14. Colocação pronominal. 15. Acentuação. 16. Variação linguística e contexto de uso.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Irlandé. *Análise de Textos: fundamentos e práticas*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.
- ANTUNES, Irlandé. *Gramática contextualizada: limpando “o pó das ideias simples”*. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.
- BAGNO, Marcos. *Preconceito linguístico: o que é, como se faz*. 50ª edição revista e ampliada. São Paulo: Edições Loyola, 2008.
- BECHARA, Evanildo. *Lições de Português pela Análise Sintática*. Editora Lucerna. Rio de Janeiro, RJ. 2001.
- BEZERRA, Benedito, BIASI-RODRIGUES, B. e CAVALCANTI, Mônica. *Gêneros e sequências textuais*. Recife: EDUPE, 2009.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013.
- EMEDIATO, Wander. *A fórmula do texto*. São Paulo: Geração Editorial, 2007.
- ILARI, Rodolfo; BASSO, Renato. *O português da gente: a língua que estudamos, a língua que falamos*. São Paulo: Editora Contexto, 2006.
- LUFT, Celso Pedro. *Dicionário prático de regência verbal*. 9 ed. São Paulo: Ática, 2010.
- _____. *Dicionário prático de regência nominal*. 9 ed. São Paulo: Ática, 2010.

RACIOCÍNIO LÓGICO (TODOS OS CARGOS)

PROGRAMA

- 1) Proposições Lógicas: Proposições lógicas simples, valor lógico, conectivos, proposições compostas e tabela verdade. Proposição condicional, proposição bicondicional, negação de uma proposição e equivalência lógica entre proposições.
- 2) Argumentação: premissas, pressupostos, conclusões, teses, relações lógicas, argumento válido, argumento correto, regras de inferência, indução e dedução.
- 3) Falácias: significados de falácias, tipos de falácias (contradição, ambiguidade, (in)consistência, etc.).
- 4) Indução: Padrões em sequências numéricas, geométricas, textuais e pictóricas. Recorrência.

5) Teoria dos Conjuntos: Conjuntos e seus Elementos, relações de pertinência. Conjuntos finitos e infinitos. Igualdade entre conjuntos. Conjunto vazio. Subconjuntos. Subconjuntos próprios. Conjunto universal. Conjuntos disjuntos. Operações: união, interseção, diferença e complemento. Conjunto das partes de um conjunto.

6) Números: Conjuntos (Naturais, inteiros, racionais, irracionais e reais), Operações, Significados e Representações

REFERÊNCIAS

ALVES, Allaor Caffé. Lógica, pensamento formal e argumentação. 5 ed. São Paulo: Quartier Latin, 2011.

CABRAL, Ana Lucia Tinoco. A força das palavras: dizer e argumentar. São Paulo: Contexto, 2010.

COPI, Irving. Introdução à Lógica. São Paulo: Mestre Jou, 1978.

COSTA, N. da. Ensaio sobre os Fundamentos da Lógica. São Paulo: Hucitec, 1994.

DANTE, Luiz Roberto, VIANA, Fernando. Matemática em Contextos, coleção 6 volumes. 1ª ed. São Paulo: Ática, 2020.

DANTE, Luiz Roberto. Projeto Teláris – 6º ao 9º ano. Editora Ática. 2020

FILHO, Juvenal, Savian. Filosofia e Filosofia: existência e sentidos. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2016.

MORTARI, Cezar A. Introdução à Lógica. Editora da UNESP, 2001.

SÉRATES, J. Raciocínio lógico: lógico matemático, lógico quantitativo, lógico numérico, lógico analítico, lógico crítico. 5ª ed. Brasília: Gráfica e Editora Olímpica Ltda, 1997.

LEGISLAÇÃO (TODOS OS CARGOS)

PROGRAMA

1) BRASIL. Constituição da República de 1988. Arts. 37 ao 41.

2) BRASIL. Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

3) BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.

4) BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

5) BRASIL. Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994. Aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal.

6) BRASIL. Universidade Federal de Juiz de Fora. Portaria nº 1.105, de 28 de setembro de 1998. Estatuto da Universidade Federal de Juiz de Fora. Disponível em: <<https://www2.ufjf.br/ufjf/wp-content/uploads/sites/3/2015/10/estatuto.pdf>>. Acesso em 18 mai. 2022.

7) BRASIL. Universidade Federal de Juiz de Fora. Regimento Geral da Universidade Federal de Juiz de Fora. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/ufjf/wp-content/uploads/sites/3/2015/01/regimento_geral12.pdf>. Acesso em 18 mai. 2022.

REFERÊNCIAS

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. São Paulo: Atlas.

FERNANDES, Bernardo Gonçalves. Curso de Direito Constitucional. Salvador: JusPodivm

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: ASSISTENTE DE ALUNOS

PROGRAMA

Comunicação nas relações humanas

Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020 - Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida
Desenvolvimento da criança e do adolescente: aspectos físico, cognitivo e psicossocial
Disciplina e indisciplina no ambiente escolar
Diversidade sociocultural e inclusão
Educação Inclusiva
Educação de Jovens e Adultos
Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente
Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
Noções de primeiros socorros e prevenção de acidentes no contexto escolar
Prevenção e resolução pacífica de conflitos na escola
Saúde mental de crianças e adolescentes

REFERÊNCIA

BRASIL. Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020. Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.502-de-30-de-setembro-de-2020-280529948>. Acesso em: 28 mar. 2022.

_____. Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Portal da Legislação: Leis Ordinárias. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm. Acesso em: 28 mar. 2022.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Portal da Legislação: Leis Ordinárias. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm. Acesso em: 28 mar. 2022.

_____, Lei nº 13.146, de 5 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 15 mai. 2022.

DISKIN, Lia; ROIZMAN, Laura Gorresio. Paz, como se Faz? Semeando cultura de paz nas escolas. 4. ed. São Paulo: Palas Athena; Brasília: UNESCO, 2021. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000379604/PDF/379604por.pdf.multi>. Acesso em: 17 mai. 2022.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

MENDONÇA, Ana Abadia dos Santos. Educação inclusiva e acessibilidade. Anais do V Seminário de Pós-Graduação – V SIMPÓS. V.5, 2018. Disponível em: <https://iftm.edu.br/simpos/2018/anais/668-%20Pronto%20ANAIS.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2022.

MOREIRA, Antonio Flávio; CANDAU, Vera Maria (Orgs). Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MOULIN, Érika. Comunicação Não-Violenta (CNV): o que é e como praticar. Disponível em: <https://www.institutocnvb.com.br/single-post/comunica%C3%A7%C3%A3o-n%C3%A3o-violenta-cnv-o-que-%C3%A9-e-como-praticar>. Acesso em: 15 mai. 2022.

ORTEGA, Rosario; DEL REY, Rosario. Estratégias educativas para a prevenção da violência. Brasília: UNESCO, 2002. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ue000074.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2022

PIOVESAN, Josieli et al. Psicologia do desenvolvimento. In: PIOVESAN, Josieli et al. Psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem [recurso eletrônico]. 1. ed. – Santa Maria, RS: UFSM, NTE, 2018. Disponível em: file:///C:/Users/User/Downloads/MD_Psicologia-do-Desenvolvimento-e-da-Aprendizagem.pdf. Acesso em: 18 mai. 2022.

PIRES, Sergio Fernandes Senna. Comunicação Não Verbal – a expressão sem palavras. Instituto Brasileiro de Linguagem Emocional. Disponível em: <https://ibralc.com.br/comunicacao-nao-verbal-expressao-sem-palavras/>. Acesso em: 17 mai. 2022.

SÃO PAULO (Cidade). Secretaria da Saúde. Manual de prevenção de acidentes e primeiros socorros nas escolas/ Secretaria da Saúde. Coordenação de Desenvolvimento de Programas e Políticas de Saúde. CODEPPS. São Paulo: SMS, 2007. Disponível em: https://www.amavi.org.br/arquivos/amavi/colegiados/codime/2016/Primeiros_Socorros_Manual_Prev_Acid_Escolas.pdf. Acesso em: 17 mai. 2022.

SOUZA, Emanuelle de O.; REIS, Rosimeire. Juventudes na educação de jovens e adultos: contradições entre suas conquistas como sujeitos de direitos e os silenciamentos nos espaços escolares. HOLOS, v. 3, p. 98–109, set. 2017. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/5747/pdf>. Acesso em: 18 mai. 2022.

VINHA, T. P.; NUNES, C. A. A. O desafio da convivência: ao tratar da mesma forma indisciplina e violência, escola perde oportunidade de agir de forma reflexiva e transformadora. Cadernos Globo, Rio de Janeiro, vol. 14, p. 70-79, nov. 2018. Disponível em: http://app.cadernosglobo.com.br/banca/volume-14/pdf/70-79_desafio_de_convivencia.pdf. Acesso em: 17 mai. 2022.

UNESCO. Violência escolar e bullying: relatório sobre a situação mundial. Brasília: UNESCO, 2019. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000368092/PDF/368092por.pdf.multi>. Acesso em: 17 mai. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Saúde mental na escola: material psicoeducativo para pais e professores. Disponível em: <https://www.saudementalnaescola.com/>. Acesso em: 17 mai. 2022.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: TÉCNICO DE LABORATÓRIO – BIOLOGIA

PROGRAMA

Instalações básicas, técnicas e procedimentos de laboratório.

Identificação, nomenclatura de materiais e equipamentos.

Cuidados e operação de equipamentos comuns no laboratório, como balanças, centrífugas, destiladores, microscópios, fluxo laminar, capela de exaustão e autoclave.

Aparelhos e utensílios usados em experimentos e na armazenagem e uso de reagentes.

Manejo, registro e fichários de reagentes e produtos de uso geral.

Preparo, padronização e conservação de soluções.

Descarte de resíduos. Esterilização e desinfecção.

Procedimentos e técnicas para limpeza de vidrarias.
Conhecimentos sobre os procedimentos de coleta e preservação de amostras para análise.
Biossegurança e primeiros socorros.
Moléculas fundamentais - Carboidratos; lipídios; proteínas; vitaminas; ácidos nucleicos.
Biologia celular - Células eucariontes e procariontes, diferenças e exemplos. Metabolismo celular: fotossíntese, fermentação e respiração.
Taxonomia - Categorias taxonômicas e regras da nomenclatura.
Microbiologia - Vírus, bactérias, algas, fungos e protozoários: estrutura, reprodução e exemplos.
Zoologia - Classificação e características principais dos animais invertebrados e vertebrados; sistemas do corpo humano.
Botânica – Classificação e características principais dos grupos vegetais (Briófitas, Pteridófitas, Gimnospermas e Angiospermas).
Ecologia - relações intraespecíficas e interespecíficas.

REFERÊNCIA

ALBERTS, B. et al. Biologia molecular da célula. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.
AMABIS, J. M.; MARTHO, G. R.. Fundamentos da Biologia. Editora: Moderna, 2015.
BARKER, F. Na Bancada – Manual de iniciação científica em laboratórios de pesquisas biomédicas. Ed. Artmed, São Paulo, 2002.
BARNES, R. D. et al. Zoologia dos invertebrados. 7. Ed. Roca, 2005.
BENABOU, J. E.; RAMANOSKI, M. Química, Volume único, ensino médio, São Paulo: Atual Editora. 2003.
ALLINGER, N. L. Química Orgânica; Livro Técnico Científico, 1978.
CIENFUEGOS, Freddy. Segurança no Laboratório. Rio de Janeiro: Interciência, 2001.
DAJOZ, R. Princípios de Ecologia. 7ª Edição Porto Alegre: Artmed, 2015.
HIRATA, M.H. & FILHO, J.M. Manual de Biossegurança. São Paulo: Manole; 2002. Interciência; 2003.
HOSPITAL DAS CLÍNICAS (FMUSP). Guia de boas práticas laboratoriais. Laboratórios de investigação médica (2015). Disponível em: https://limhc.fm.usp.br/portal/wpcontent/uploads/2015/11/Manual_Guia_de_Boas_Praticas.pdf
LOPES, S.; ROSSO, S. Biologia. Editora: Saraiva, 2016.
MADIGAN, M. T. et al. Microbiologia de Brock. 14. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2016.
MORITA, T.; ASSUNÇÃO, R. M. V. Manual de Soluções e Reagentes, Padronização, Preparação e Purificação. São Paulo: Editora Edgard Blücher 1983.
MOYES, C. D. et al. Princípios de Fisiologia Animal. 2ª Edição. Ed. Artimed, 2010.
POUGH, F. H. et al. A vida dos Vertebrados. 4ª edição. São Paulo, Atheneu, 2008.
RAVEN, P. H. et al. Biologia vegetal. 8 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014.
SOUZA, W.de (editor). Técnicas Básicas de Microscopia Eletrônica Aplicadas às Ciências Biológicas. Rio de Janeiro, UENF, Sociedade Brasileira de Fitopatologia. 1998. 179p.
UNIVERSIDADE IBIRAPUERA. Manual de vidrarias e equipamentos de laboratório (2008). Disponível em: <http://www.cenapro.com.br/images/documentos/MANUALDEVIDRARIASEEQUIPAMENTOSDELABORATORIO.pdf>

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: TÉCNICO DE LABORATÓRIO – FÍSICA

PROGRAMA

1. Cinemática escalar e vetorial:

- Velocidade escalar média.
- Movimento Retilíneo Uniforme (MRU).
- Movimento Retilíneo Uniformemente Variado (MRUV).

- Gráficos: MRU e MRUV.
- Vetor: características, operações vetoriais, vetor resultante e decomposição de vetor.
- Movimento de queda livre, lançamento vertical, horizontal e oblíquo.
- Movimento Circular Uniforme (MCU).
- Transmissão do MCU.

2. Dinâmica

- Tipos de forças: peso, normal, atrito, resistência do ar, tração e elástica.
- Leis de Newton e suas aplicações.
- Máquinas simples: plano inclinado e roldanas.
- Força centrípeta.
- Energia Mecânica.
- Conservação da Energia Mecânica.
- Trabalho e Energia Mecânica.
- Potência mecânica.
- Rendimento.
- Torque e equilíbrio de corpo rígido.

3. Hidrostática

- Densidade.
- Pressão.
- Pressão no interior de um líquido estático.
- Pressão atmosférica.
- Princípio de Pascal.
- Princípio de Arquimedes (Empuxo).
- Flutuação dos corpos.

4. Termodinâmica

- Temperatura e equilíbrio térmico.
- Dilatação térmica: sólidos, líquidos e dilatação anômala da água.
- Calorimetria: processos de transmissão de calor, calor sensível, calor latente e calorímetro.
- Transformações Gasosas.
- Primeira Lei da Termodinâmica.

5. Ondas

- Movimento Harmônico Simples (MHS): pêndulo simples.
- Ondas mecânicas e eletromagnéticas.
- Tipos de propagação: longitudinal e transversal.
- Velocidade de propagação da onda.
- Fenômenos ondulatórios: reflexão, refração, difração e interferência.

- Onda sonora e qualidades do som.

6. Óptica

- Câmara escura.
- Reflexão da luz.
- Espelhos: planos e esféricos.
- Refração da luz.
- Reflexão total da luz.
- Lentes esféricas.
- Defeitos de visão: miopia, hipermetropia e lentes corretoras.

7. Eletricidade e Eletromagnetismo

- Circuitos elétricos: série e paralelo.
- Instrumentos de medidas elétricas: amperímetro e voltímetro.
- Potência e energia elétrica.
- Imãs e bússola.
- Vetor campo magnético.
- Campo magnético produzido por corrente elétrica.
- Eletroímã.
- Indução eletromagnética.
- Espectro eletromagnético.

REFERÊNCIA

Livro: Física 1 – Mecânica / Física 2 – Ondas, Óptica e Termodinâmica / Física 3 – Eletromagnetismo e Física Moderna

Autor: Alberto Gaspar

Editora: Ática

Edição: 1ª edição / 4ª impressão

Ano 2003

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: TÉCNICO DE LABORATÓRIO – ANATOMIA

PROGRAMA

1. Conceito gerais de anatomia, dissecação e necropsia. Noções básicas sobre fenômenos cadavéricos abióticos (sinais de morte) e transformativos (autólise, putrefação, mumificação).
2. Noções básicas de anatomia humana e animal:
 - Reconhecimento dos sistemas orgânicos;
 - Reconhecimento e localização de órgãos e estruturas anatômicas principais;
 - Eixos, planos e regiões anatômicas;
3. Leis e cuidados no recebimento, guardamento, identificação e destinação final de material cadavérico;
4. Preparação e conservação de peças anatômicas cadavéricas humanas e animais para finalidades de ensino, pesquisa e extensão:

- Técnica de fixação de cadáver inteiro e conservação de órgãos, peças anatômicas e fragmentos de tecidos retirados na necropsia;
- Técnicas em dissecação anatômica;
- Instrumentos cirúrgicos utilizados em dissecação;
- Técnicas anatômicas e noções básicas de tanatopraxia;

5. Biossegurança e Manutenção em laboratório de anatomia:

- Destino do lixo biológico;
- Preparo de soluções;
- Vestuário e equipamentos de proteção individual
- Noções gerais sobre infecções no laboratório e contaminação de profissionais de saúde e limpeza e higiene do instrumental, recipientes, ambiente (sala, mesas, superfícies contaminadas, anatômico e necrotério) e do cadáver. Higiene pessoal do profissional. Riscos de acidentes no trabalho e sua prevenção.

REFERÊNCIA

DANGELO, J. G.; FATTINI, C. A. Anatomia Humana Sistêmica e Segmentar. São Paulo: Atheneu, 2007.

SOBOTTA, J. Atlas de Anatomia Humana. 20ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1997. 02 volumes.

PRESTES JR, L. C. & ANCILLOTTI, R. Manual de técnicas em necropsia médico-legal. São Paulo: Rubio, 2009. Capítulos 1, 2, 3, 4, 5, 7.

FRANÇA, G.V. Medicina Legal. 9ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011. Capítulos 3 e 17.

AVELAR, L.E.T.; BORDONI, L.S.; CASTRO, M.M. Atlas de Medicina Legal. 1ª ed. Rio de Janeiro: MedBook, 2014. Capítulo 1.

RODRIGUES, H. Técnicas Anatômicas. 2ª ed. Vitória, ES: Arte Visual, 1998.

REY, L. Dicionário de Termos técnicos de medicina e saúde. 2ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

VASCONCELOS, A C. Necropsia e remessa de material para laboratório em medicina veterinária, Brasília, MEC/ABEAS, 1988. Capítulo 1.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: TÉCNICO TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

PROGRAMA

Banco de dados: Conceitos e Tipos; Técnicas e Ferramentas de Projeto e Modelagem; Modelos Conceitual, lógico e Físico; Linguagem SQL; SGBDs relacionais (Mysql); Normalização de dados. Engenharia de Software: Processos de software, metodologias ágeis, engenharia de requisitos, modelagem de sistemas, diagrama UML, princípios de modularização e organização, princípios de projeto, padrões de projeto, arquitetura de software, testes automatizados, refatoração, versionamento de software, cultura devops, infraestrutura e virtualização, containers. Desenvolvimento web: Fundamentos e conceitos básicos, protocolo HTTP, modelo cliente-servidor; HTML, CSS e JavaScript, usabilidade e experiência de usuário, acessibilidade; servidor de aplicação, gerenciamento de

sessão (cookies e sessions), Java EE: Servlets, JSP, JSTL, padrão MVC, implantação; Serviços Web, APIs REST, comunicação AJAX.

Linguagens de Programação: Princípios da Programação Orientada a Objetos, Classes e Objetos, Encapsulamento e Abstração, Herança e Polimorfismo, Interfaces e Classes Abstratas, Exceções, Coleções, Pacotes e Módulos, Threads, Persistência e Serialização.

REFERÊNCIAS

BASHAM, B. Use A Cabeça! Servlets & JSP. 2ª edição. Beijing: Alta Books, 2009.

BATES, B.; SIERRA, K. Use a cabeça!: Java. 2ª edição. Alta Books, 2007.

DUCKETT, J. Javascript e Jquery: desenvolvimento de interfaces web interativas. 1ª edição. Alta Books, 2016.

DUCKETT, J. HTML e CSS: projete e construa websites. 1ª edição. Alta Books, 2016.

ELMASRI, R.; NAVATHE, S. B. Sistemas de Banco de Dados. 1ª edição. Pearson Universidades, 2019.

HAYERBEKE, MARJIN. JavaScript Eloquente - 2ª edição. Tradução por BrazilJS, 2022.

ROMERO, D. Containers com Docker: Do desenvolvimento à produção. Casa do Código, 2015.

SUTHERLAND, J.; SUTHERLAND, J. J.; LUA, N. Scrum: A arte de fazer o dobro do trabalho na metade do tempo. 1ª edição. Editora Sextante, 2019.

TORRES, F. E. Desenvolvimento de API REST. 1ª edição. Editora Senac São Paulo, 2021.

VALENTE, M. T. Engenharia de Software Moderna: Princípios e Práticas para Desenvolvimento de Software com Produtividade. 1ª edição. 2020.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: TÉCNICO EM CONTABILIDADE

PROGRAMA

1. Contabilidade Geral: Normas Brasileiras de Contabilidade e alterações. Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de Relatório Contábil-Financeiro e características qualitativas da informação contábil-financeira útil. Funções da Contabilidade, conceito; objetivo, objeto e campo de aplicação. Escrituração contábil (método das partidas dobradas), grupos e subgrupos. Ativos, Passivos, Patrimônio Líquido, Receitas e Despesas: definições, reconhecimento e desreconhecimento, mensuração, classificação, apresentação e divulgação. Demonstrações contábeis (Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Fluxo de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado) e notas explicativas. Análise financeira: Análise Horizontal e Análise Vertical. Indicadores (índices) econômico-financeiros: Liquidez, Rentabilidade, Endividamento (Estrutura) e Prazos médios.

Contabilidade Aplicada ao Setor Público: Constituição Federal: Título VI – Capítulo II – Das Finanças Públicas – Seções I e II, inclusive. Título VIII – Seção II – Da saúde. Capítulo III – Da Educação, da Cultura e do Desporto. Lei Nº 4.320/1964. Lei Complementar Nº 101/2000. Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBC TSP. Orçamento Governamental: conceito, classificação, tipos, princípios orçamentários, ciclo orçamentário, elaboração do orçamento, exercício financeiro, orçamento por programas, diretrizes orçamentárias, programação financeira e transferências financeiras. Aprovação, execução,

acompanhamento, fiscalização e avaliação do orçamento público. Plano Plurianual – PPA; Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO; Lei Orçamentária Anual – LOA. Receita Pública: Conceito; Classificação; Estágios; Escrituração Contábil. Dívida Ativa. Despesa Pública: Conceito; Classificação, Estágios, Escrituração Contábil. Restos a Pagar: Conceitos; Sistemática; Implicações após a Lei de Responsabilidade Fiscal. Dívida Pública: Conceitos; Sistemáticas; Implicações após a Lei de Responsabilidade Fiscal. Regime de Adiantamento: Conceito; Finalidades; Controle dos Adiantamentos. Patrimônio Público: Conceito; Bens, direitos e obrigações das Entidades Públicas. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Subsistemas contábeis do setor público. Procedimentos Contábeis Orçamentários, Patrimoniais e Específicos. Plano de Contas Aplicado ao Setor Público. Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público. Variações Patrimoniais. Variações Ativas e Passivas. Consolidação das Contas Públicas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Créditos Adicionais: Conceito; Classificação; Autorização e Abertura; Vigência; Indicação e Especificação de recursos. Demonstrativos Fiscais: Anexo de Riscos Fiscais (ARF), Anexo de Metas Fiscais (AMF), Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) Relatório de Gestão Fiscal (RGF). Direito administrativo: Licitações: Modalidades; Conceitos Gerais; Limites; Processos e Procedimentos licitatórios; Julgamento das propostas; Contrato administrativo; Concessões e Permissões. Fiscalização de contratos. Lei 8.112/1990 e suas alterações.

REFERÊNCIA

- ALMEIDA, M. C. Contabilidade societária. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2018.
- ALMEIDA, M. C. Contabilidade Introdutória em IFRS e CPC. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2018.
- ASSAF NETO, A. Estrutura e Análise de Balanços: um enfoque econômico-financeiro. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2015.
- ASSAF NETO, A. Finanças corporativas e valor. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- BRASIL. Advocacia Geral da União. Manual de fiscalização de contratos. Disponível em: <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/secretaria-geral-de-administracao-1/arquivos/manual-de-fiscalizacao-de-contratos-2013-agu.pdf>
- BRASIL. Constituição (1988). República Federativa do Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm 1988>
- BRASIL. Lei n. 4.320, de 17 de março de 1964. República Federativa do Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4320.htm>.
- BRASIL. Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 17 dez. 1976. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404consol.htm >
- BRASIL. Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990. (e suas alterações). Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8112cons.htm >
- BRASIL. Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8666cons.htm>.
- BRASIL. Lei n. 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 28 dez. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm >
- BRASIL. Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002. Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10520.htm.

BRASIL. Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009. Acrescenta dispositivos à Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000. Brasília, DF, 27 maio. 2009. Recuperado em 26 dezembro, 2016, de <https://goo.gl/02wWj2>.

BRASIL. Lei n. 12.462, de 4 de agosto de 2011. Institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12462.htm>.

BRASIL. Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021. Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm>.

BRASIL. Lei complementar n. 101, de 4 de maio de 2000. República Federativa do Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm>

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão/Secretaria do Orçamento Federal. Portaria Interministerial STN/SOF nº 163 de 04/05/2001. Dispõe sobre normas gerais de consolidação das Contas Públicas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planejamento.gov.br/assuntos/orcamento-1/legislacao/legislacao/portaria-interm-163_2001_atualizada_2015_04jul2016_ultima-alteracao-2016-2.docx/view >

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP): aplicado à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios. 9. ed. 2021. Disponível em: < <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/manual-de-contabilidade-aplicada-ao-setor-publico-mcasp/2021/26>>

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF): aplicado à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios. 12. ed. 2022. Disponível em: < <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/manual-de-demonstrativos-fiscais-mdf/2020/26> >.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Instrução Normativa n. 5, de 5 de maio de 2017. (e seus anexos). Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional. Disponível em: < <https://www.gov.br/compras/pt-br/images/conteudo/ArquivosCGNOR/IN-n-05-de-26-de-maio-de-2017---Hiperlink.pdf> >.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instrução Normativa SLTI/MP n. 04/2014, de 11 de setembro de 2014. (e seus anexos). Disponível em: < <https://licitacoes.ufsc.br/files/2014/10/IN-SLTI-MPOG-n%C2%BA-04-2014.pdf> >.

BRUNO, R. M. Lei de Responsabilidade Fiscal e orçamento público municipal. 2 ed. Curitiba: Juruá, 2007.

CARVALHO, D. CECCATO, M. Manual Completo de Contabilidade Pública, 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS-CPC. Pronunciamentos. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos>

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Normas Brasileiras de Contabilidade e do Conselho Federal de Contabilidade. Disponível em: <https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/>.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBC TSP. Disponível em: <http://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-tsp-do-setor-publico/>

CRUZ, Flavio da, coord. Lei de Responsabilidade Fiscal comentada: lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2012. 404 p.

JUND, S. Administração, orçamento e contabilidade pública. 3ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

KOHAMA, H. Contabilidade pública: teoria e prática, 13 ed. São Paulo: Atlas, 2013.

MARTINS, E.; MIRANDA, G. J.; DINIZ, J. A. Análise didática das demonstrações contábeis. São Paulo: Atlas, 2014.

SANTOS, A; IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E.; GELBCKE, E. R. Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades: de acordo com as normas internacionais e do CPC. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2022.

SILVA, J. P. Análise financeira das empresas. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIACOMONI, J. Orçamento Público. 17 ed. São Paulo: Atlas, 2017.

ENSINO SUPERIOR

LÍNGUA PORTUGUESA (TODOS OS CARGOS)

PROGRAMA

1. Compreensão e interpretação de textos: identificação de elementos textuais, intertextuais e contextuais; inferência; relações de causa e consequência; estratégias discursivas. 2. Tipologia e gêneros textuais. 3. Tipos de discurso. 4. Figuras de linguagem. 5. Funções da linguagem. 6. Ironia, sarcasmo e humor. 7. Sinonímia; significação de palavras e campo semântico. 8. Categorização de palavras. 9. Modificadores de palavras e efeitos de sentido. 10. Coesão textual: referenciação, substituição, repetição. 11. Mecanismos de coerência textual. 12. Emprego de pronomes relativos. 13. Sintaxe: relações morfossintáticas estabelecidas em períodos simples e compostos; efeitos semânticos provenientes de relações sintáticas. 14. Regência verbal e nominal. 15. Emprego de tempos e modos verbais. 16. Concordância verbal e nominal. 17. Colocação pronominal. 18. Acentuação. 19. Variação linguística e contexto de uso.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Irlandé. Análise de Textos: fundamentos e práticas. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

ANTUNES, Irlandé. Gramática contextualizada: limpando “o pó das ideias simples”. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

BAGNO, Marcos. Preconceito linguístico: o que é, como se faz. 50ª edição revista e ampliada. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

BECHARA, Evanildo. Lições de Português pela Análise Sintática. Editora Lucema. Rio de Janeiro, RJ. 2001.

BEZERRA, Benedito, BIASI-RODRIGUES, B. e CAVALCANTI, Mônica. Gêneros e sequências textuais. Recife: EDUPE, 2009.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova Gramática do Português Contemporâneo. 6ª ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013.

EMEDIATO, Wander. A fórmula do texto. São Paulo: Geração Editorial, 2007.

ILARI, Rodolfo; BASSO, Renato. O português da gente: a língua que estudamos, a língua que falamos. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

LUFT, Celso Pedro. Dicionário prático de regência verbal. 9 ed. São Paulo: Ática, 2010.

_____. Dicionário prático de regência nominal. 9 ed. São Paulo: Ática, 2010.

RACIOCÍNIO LÓGICO (TODOS OS CARGOS)

PROGRAMA

1) Proposições Lógicas: Proposições lógicas simples, valor lógico, conectivos, proposições compostas e tabela verdade. Proposição condicional, proposição bicondicional, negação de uma proposição, equivalência lógica entre proposições, tautologias, contradições e contingências.

2) Argumentação: premissas, pressupostos, conclusões, teses, relações lógicas, argumento válido, argumento correto, regras de inferência, admissibilidade, silogismo, geração de hipóteses, indução e dedução.

3) Falácias: significados de falácias, tipos de falácias (contradição, ambiguidade, (in)consistência, etc.).

4) Indução: Padrões em sequências numéricas, geométricas, textuais e pictóricas. Recorrência.

5) Teoria dos Conjuntos: Conjuntos e seus Elementos, relações de pertinência. Conjuntos finitos e infinitos. Igualdade entre conjuntos. Conjunto vazio. Subconjuntos. Subconjuntos próprios. Conjunto universal. Conjuntos disjuntos. Operações: união, interseção, diferença e complemento. Conjunto das partes de um conjunto.

6) Números: Conjuntos (Naturais, inteiros, racionais, irracionais e reais), Operações, Significados e Representações.

7) Probabilidade: Noções de probabilidade, espaço amostral e evento, cálculo de probabilidades.

REFERÊNCIAS

ALVES, Allaor Caffé. Lógica, pensamento formal e argumentação. 5 ed. São Paulo: Quartier Latin, 2011.

CABRAL, Ana Lucia Tinoco. A força das palavras: dizer e argumentar. São Paulo: Contexto, 2010.

COPI, Irving. Introdução à Lógica. São Paulo: Mestre Jou, 1978.

COSTA, N. da. Ensaio sobre os Fundamentos da Lógica. São Paulo: Hucitec, 1994.

DANTE, Luiz Roberto, VIANA, Fernando. Matemática em Contextos, coleção 6 volumes. 1ª ed. São Paulo: Ática, 2020.

DANTE, Luiz Roberto. Projeto Teláris – 6º ao 9º ano. Editora Ática. 2020

FILHO, Juvenal, Savian. Filosofia e Filosofia: existência e sentidos. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2016.

MORTARI, Cezar A. Introdução à Lógica. Editora da UNESP, 2001.

SÉRATES, J. Raciocínio lógico: lógico matemático, lógico quantitativo, lógico numérico, lógico analítico, lógico crítico. 5ª ed. Brasília: Gráfica e Editora Olímpica Ltda, 1997.

LEGISLAÇÃO (TODOS OS CARGOS)

PROGRAMA

1) BRASIL. Constituição da República de 1988. Arts. 37 ao 41.

2) BRASIL. Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

3) BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.

4) BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

5) BRASIL. Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994. Aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal.

6) BRASIL. Universidade Federal de Juiz de Fora. Portaria nº 1.105, de 28 de setembro de 1998. Estatuto da Universidade Federal de Juiz de Fora. Disponível em: <<https://www2.ufjf.br/ufjf/wp-content/uploads/sites/3/2015/10/estatuto.pdf>>. Acesso em 18 mai. 2022.

7) BRASIL. Universidade Federal de Juiz de Fora. Regimento Geral da Universidade Federal de Juiz de Fora. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/ufjf/wp-content/uploads/sites/3/2015/01/regimento_geral12.pdf>. Acesso em 18 mai. 2022.

REFERÊNCIAS

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. São Paulo: Atlas.

FERNANDES, Bernardo Gonçalves. Curso de Direito Constitucional. Salvador: JusPodivm.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: AUDITOR

PROGRAMA

Contabilidade Geral: Preceitos da Lei nº. 6.404/1976 (atualizada) e das normas contábeis do CFC (Conselho Federal de Contabilidade) sobre os seguintes assuntos/tópicos: características qualitativas da informação contábil-financeira; elementos das demonstrações contábeis (ativo, passivo, patrimônio líquido) - conceitos, classificação das contas em grupos e subgrupos, reconhecimento, critérios de mensuração; tratamento contábil para estoques, ativos intangíveis e ativos imobilizados; ativos e passivos contingentes; ajuste a valor presente de ativos e passivos, demonstrações contábeis (financeiras) - balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício, demonstração do resultado abrangente, demonstração dos fluxos de caixa, e notas explicativas.

Contabilidade Aplicada ao Setor Público: diferença entre regime de competência e regime de caixa no setor público; informações sobre origens e aplicações de recursos; plano de contas aplicado ao setor público; aspectos orçamentário, patrimonial e fiscal da contabilidade aplicada ao setor público; estrutura conceitual para elaboração e divulgação de informação contábil de propósito geral pelas entidades do setor público; apresentação de informação no relatório contábil de propósito geral das entidades do setor público.

Demonstrações Contábeis no Setor Público: definições; objetivos; alcance; tipos; conteúdo (elementos); formas de apresentação; inter-relação entre as demonstrações; obrigatoriedade de apresentação; bases para a apresentação de demonstrações contábeis; critérios gerais de evidenciação nas demonstrações contábeis no setor público; contas e grupos de contas do ativo e do passivo.

Receita e despesa públicas: definições e classificações; estágios (etapas); procedimentos contábeis e divulgação (evidenciação); tratamento legal; forma de contabilização e observância dos princípios contábeis; receitas e despesas orçamentárias e extra orçamentárias; despesas de exercícios anteriores.

Auditoria de demonstrações contábeis: riscos de auditoria; ceticismo e julgamento profissional do auditor; objetivos do auditor; independência do trabalho do auditor; revisão de auditoria; responsabilidade do auditor em relação a fraudes; amostragem em auditoria; processo de comunicação entre o auditor e os responsáveis pela governança; materialidade no planejamento e na execução da auditoria; planejamento da auditoria de demonstrações contábeis; evidências de auditoria; documentação de auditoria; auditoria de estimativas contábeis; procedimentos de auditoria; procedimentos específicos em resposta aos riscos avaliados de distorção relevante no nível de afirmações; avaliação das distorções identificadas; relatórios de auditoria; formação da opinião e emissão do relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis; políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro.

Controle na Administração Pública: Controle interno e controle externo no setor público; componentes do controle interno; identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis por meio do controle interno da entidade; responsabilidade do auditor em relação à comunicação de deficiências de controle interno; levantamento de contas, tomada de contas e prestação de contas na administração pública; sistema de custos no setor público; informações de custos para fins gerenciais no setor público.

Orçamento Público: conceito, classificação e tipos; princípios orçamentários; ciclo orçamentário; elaboração do orçamento; previsões anuais e plurianuais; exercício financeiro; créditos adicionais; orçamento por programas; diretrizes orçamentárias; programação financeira e transferências financeiras; restos a pagar; dívida pública; operações de crédito; apresentação de informação orçamentária nas demonstrações contábeis.

Demonstrativos Fiscais: riscos fiscais e providências necessárias para minimizá-los; metas fiscais; evolução do patrimônio líquido; alienação de ativos; características e conteúdo de cada um dos demonstrativos obrigatórios; relatório de gestão fiscal – objetivos, características e conteúdo de cada um dos seus componentes.

Responsabilidade na Gestão Fiscal: princípios, objetivos e efeitos da lei de responsabilidade fiscal no planejamento, na execução e no controle orçamentário; limites legais para despesas públicas; mecanismos de transparência fiscal.

Contratos e compras na administração pública: processo licitatório, concorrência, tomada de preços, convite, concurso, leilão, pregão, dispensa de licitação, habilitação de fornecedores, formalização, alteração e execução de contratos.

Direito Constitucional: organização do Estado - organização político-administrativa da união, administração pública, servidores públicos; organização dos poderes – fiscalização contábil, financeira e orçamentária; tributação e orçamento – finanças públicas.

Direito Administrativo: organização da administração federal; regime jurídico dos servidores públicos civis da união, das autarquias e das fundações públicas federais; plano de carreira dos cargos técnico-administrativos nas instituições federais de ensino; processo administrativo no âmbito da administração pública federal; atos de improbidade administrativa – previsão (caracterização) legal, sanções, procedimentos administrativos e processo judicial; código de ética profissional do servidor público civil do poder executivo; crimes contra a administração pública, previstos no código penal.

REFERÊNCIA

Brasil. Legislação Federal: Leis nº 4.320/1964, nº 6.404/1976, nº 8.112/1990, nº 8.429/1992, nº 8.666/1993, nº 9.784/1999, nº 101/2000, nº 11.091/2005, nº 10.520/2002, e nº 14.133/2021; Decreto-Lei nº 200/1967; Decretos nº 2.848/1940 e nº 1.171/1994; Constituição Federal de 1988. Observação: Devem ser consideradas as versões atualizadas destes normativos legais, até a data da publicação do programa.

Brasil. Manual de contabilidade aplicada ao setor público - MCASP, edição mais atual, vigente na data da publicação do programa.

Brasil. Manual de demonstrativos fiscais: aplicado à União e aos estados, Distrito Federal e municípios, edição mais atual, vigente na data da publicação do programa.

Brasil. Resoluções do CFC (Conselho Federal de Contabilidade) relativas às Normas Brasileiras de Contabilidade, sempre a versão vigente, mais atualizada (R1, R2, R3, ...) na data da publicação do programa: NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL, NBC TSP 04, NBC TSP 05, NBC TSP 07, NBC TSP 08, NBC TSP 11, NBC TSP 12, NBC TSP 13, NBC TSP 23, NBC TSP 34, NBC TA 200, NBC TA 220, NBC TA 230, NBC TA 240, NBC TA 260, NBC TA 265, NBC TA 300, NBC TA 315, NBC TA 320, NBC TA 330, NBC TA 402, NBC TA 450, NBC TA 500, NBC TA 501, NBC TA 530, NBC TA 540, NBC TA 610, NBC TA 700, NBC PA 210, NBC PA 400, NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL, NBC TG 03, NBC TG 04, NBC TG 12, NBC TG 16, NBC TG 25, NBC TG 26, NBC TG 27, NBC T 16.8 e NBC T 16.11.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: CONTADOR

PROGRAMA

1. Contabilidade Geral: Normas Brasileiras de Contabilidade e alterações. Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de Relatório Contábil-Financeiro e características qualitativas da informação contábil-financeira útil. Funções da Contabilidade, conceito; objetivo, objeto e campo de aplicação. Escrituração contábil (método das partidas dobradas), grupos e subgrupos. Ativos, Passivos, Patrimônio Líquido, Receitas e Despesas: definições, reconhecimento e desreconhecimento, mensuração, classificação, apresentação e divulgação. Demonstrações contábeis (Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido,

Demonstração do Fluxo de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado) e notas explicativas. Análise financeira: Análise Horizontal e Análise Vertical. Indicadores (índices) econômico-financeiros: Liquidez, Rentabilidade, Endividamento (Estrutura) e Prazos médios. Contabilidade Aplicada ao Setor Público: Constituição Federal: Título VI – Capítulo II – Das Finanças Públicas – Seções I e II, inclusive. Título VIII – Seção II – Da saúde. Capítulo III – Da Educação, da Cultura e do Desporto. Lei Nº 4.320/1964. Lei Complementar Nº 101/2000. Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBC TSP. Orçamento Governamental: conceito, classificação, tipos, princípios orçamentários, ciclo orçamentário, elaboração do orçamento, exercício financeiro, orçamento por programas, diretrizes orçamentárias, programação financeira e transferências financeiras. Aprovação, execução, acompanhamento, fiscalização e avaliação do orçamento público. Plano Plurianual – PPA; Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO; Lei Orçamentária Anual – LOA. Receita Pública: Conceito; Classificação; Estágios; Escrituração Contábil. Dívida Ativa. Despesa Pública: Conceito; Classificação, Estágios, Escrituração Contábil. Restos a pagar: Conceitos; Sistemática; Implicações após a Lei de Responsabilidade Fiscal. Dívida Pública: Conceitos; Sistemáticas; Implicações após a Lei de Responsabilidade Fiscal. Regime de Adiantamento: Conceito; Finalidades; Controle dos Adiantamentos. Patrimônio Público: Conceito; Bens, direitos e obrigações das Entidades Públicas. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Subsistemas contábeis do setor público. Procedimentos Contábeis Orçamentários, Patrimoniais e Específicos. Plano de Contas Aplicado ao Setor Público. Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público. Variações Patrimoniais. Variações Ativas e Passivas. Consolidação das Contas Públicas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Créditos Adicionais: Conceito; Classificação; Autorização e Abertura; Vigência; Indicação e Especificação de recursos. Controle Interno: Conceitos; Objetivos; Implantação do Sistema de Controle Interno e Metodologias Existentes. Fundamentos sobre controle, controle interno e controle externo na administração pública. Auditoria governamental. Demonstrativos Fiscais: Anexo de Riscos Fiscais (ARF), Anexo de Metas Fiscais (AMF), Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) Relatório de Gestão Fiscal (RGF).

REFERÊNCIA

- ALMEIDA, M. C. Contabilidade societária. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2018.
- ALMEIDA, M. C. Contabilidade Introdutória em IFRS e CPC. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2018.
- ASSAF NETO, A. Estrutura e Análise de Balanços: um enfoque econômico-financeiro. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2015.
- ASSAF NETO, A. Finanças corporativas e valor. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- BRASIL. Constituição (1988). República Federativa do Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm 1988>
- BRASIL. Lei n. 4.320, de 17 de março de 1964. República Federativa do Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4320.htm>.
- BRASIL. Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 17 dez. 1976. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404consol.htm >
- BRASIL. Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 28 dez. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm >
- BRASIL. Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009. Acrescenta dispositivos à Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000. Brasília, DF, 27 maio. 2009. Recuperado em 26 dezembro, 2016, de <https://goo.gl/02wWj2>.

BRASIL. Lei n. 12.462, de 4 de agosto de 2011. Institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12462.htm>.

BRASIL. Lei complementar n. 101, de 4 de maio de 2000. República Federativa do Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm>

BRASIL. Ministério da Fazenda/ Secretaria do Tesouro Nacional. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão/Secretaria do Orçamento Federal. Portaria Interministerial STN/SOF nº 163 de 04/05/2001. Dispõe sobre normas gerais de consolidação das Contas Públicas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planejamento.gov.br/assuntos/orcamento-1/legislacao/legislacao/portaria-interm-163_2001_atualizada_2015_04jul2016_ultima-alteracao-2016-2.docx/view >

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP): aplicado à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios. 9. ed. 2021. Disponível em: < <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/manual-de-contabilidade-aplicada-ao-setor-publico-mcasp/2021/26>>

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF): aplicado à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios. 12. ed. 2022. Disponível em: < <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/manual-de-demonstrativos-fiscais-mdf/2020/26> >.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Manual de auditoria operacional / Tribunal de Contas da União. 4 ed. Brasília: TCU, Secretaria-Geral de Controle Externo (Segecex), 2020. Disponível em: < https://portal.tcu.gov.br/data/files/F2/73/02/68/7335671023455957E18818A8/Manual_auditoria_operacional_4_edicao.pdf>.

BRUNO, R. M. Lei de Responsabilidade Fiscal e orçamento público municipal. 2 ed. Curitiba: Juruá, 2007.

CARVALHO, D. CECCATO, M. Manual Completo de Contabilidade Pública, 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

CASTRO, D. P. Auditoria, contabilidade e controle interno no setor público. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS-CPC. Pronunciamentos. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos>

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Normas Brasileiras de Contabilidade e do Conselho Federal de Contabilidade. Disponível em: <https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/>.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBC TSP. Disponível em:

<http://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-tsp-do-setor-publico/>

CHAVES, R. S. Auditoria e controladoria no setor público: fortalecimento dos controles internos - com jurisprudência do TCU. 2 ed. Curitiba: Juruá, 2011.

CRUZ, Flavio da, coord. Lei de Responsabilidade Fiscal comentada: lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2012. 404 p.

GIACOMONI, J. Orçamento Público. 17 ed. São Paulo: Atlas, 2017.

JUND, S. Auditoria: conceitos, normas, técnicas e procedimentos. 9 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

JUND, S. Administração, Orçamento e Contabilidade Pública. 3ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

KOHAMA, H. Contabilidade pública: teoria e prática, 13 ed. São Paulo: Atlas, 2013.

LIMA, D.; CASTRO, R. Fundamentos da auditoria governamental e empresarial: com exercícios, questões e testes com respostas, destinados a concursos públicos, 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARTINS, E.; MIRANDA, G. J.; DINIZ, J. A. Análise didática das demonstrações contábeis. São Paulo: Atlas, 2014.

PETER, M. G. A; MACHADO, M. V. V. Manual de auditoria governamental. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2014.

PINTO, H. G. Guia para normas de controle interno. Revista do Tribunal de Contas do Distrito Federal, Brasília, v. 19, n. 19, p. 55-72, jan. 1993.

SANTOS, A; IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E.; GELBCKE, E. R. Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades: de acordo com as normas internacionais e do CPC. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2022.

SILVA, J. P. Análise financeira das empresas. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SLOMSKI, V. Controladoria e Governança na Gestão Pública. São Paulo: Atlas, 2005.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: PEDAGOGO

PROGRAMA

Base Nacional Comum Curricular
Diretrizes Nacionais para a Educação Básica
Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos Superiores
Diversidade e inclusão
Divulgação Científica
Educação a Distância
Gestão democrática
Legislação Brasileira e Bases da Educação Nacional
Planejamento e gestão de projetos de ensino, pesquisa e extensão e programas educacionais
Tecnologias Digitais na Educação
Tratamento de dados em pesquisas

REFERÊNCIA

BENDER, W. N. Aprendizagem baseada em projetos: educação diferenciada para o século XXI. Porto Alegre, RS: Penso Editora, 2012.

BRAGA, D. S.; ADRIANE MARTINS PEREIRA, I. Tudo como dantes? Reflexos da pandemia de Covid-19 sobre graduandos da educação a distância. EmRede - Revista de Educação a Distância, v. 8, n. 1, p. 1-25, 16 jul. 2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução n. 2, de 11 de setembro de 2001, institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. CNE/CEB. Brasília, DF. 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>> Acesso em: 18 maio. 2022.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CES nº 334/2019, aprovado em 8 de maio de 2019 - Institui a Orientação às Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos Superiores. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=119811-pces334-19&category_slug=agosto-2019-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 16 maio. 2022

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm> Acesso em: 17 maio. 2022

BRASIL. Lei nº 10.436/2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Brasília, DF, 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10436.htm> Acesso em: 18 maio. 2022.

BRASIL. Lei nº 13.146/2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF, 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm> Acesso em: 18 maio. 2022.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. Disponível em: <portal.mec.gov.br/component/docman/?task=doc_download&gid=15548&Itemid=>. Acesso em: 18 maio. 2022.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica: diversidade e inclusão. Disponível em: <<http://etnicoracial.mec.gov.br/component/k2/item/6-diretrizes-curriculares-nacionais-para-a-educacao-basica-diversidade-e-inclusao>>. Acesso em: 18 maio. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Portaria 1105, de 28 de setembro de 1998. Estatuto da Universidade Federal de Juiz de Fora. Disponível em: <<https://www2.ufjf.br/prograd/wp-content/uploads/sites/21/2009/02/estatuto1.pdf>>. Acesso em: 17 maio. 2022

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Resolução 13/99. Regimento Geral da Universidade Federal de Juiz de Fora. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/prograd/wp-content/uploads/sites/21/2019/07/Resolu%C3%A7%C3%A3o_aprovada-e-Regimentogeral-UFJF.pdf>. Acesso em: 16 maio. 2022

BRASIL. Ministério da Educação. Lei Federal n.º 9.394/1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996. Versão atualizada. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L9394.htm> Acesso em: 18 maio. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Base nacional comum curricular. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>> Acesso em: 18 maio. 2022.

BRASIL. Universidade Federal de Juiz de Fora. Resolução 23/2016. Regulamento Acadêmico de Graduação. Disponível em: <<https://www2.ufjf.br/prograd/wp-content/uploads/sites/21/2020/02/RAG-Regulamento-Acad%C3%AAmico-da-Gradua%C3%A7%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 20 maio. 2022

BUENO, Wilson Costa. Comunicação científica e divulgação científica: aproximações e rupturas conceituais. Informação & Informação, [S.l.], v. 15, n. 1esp, p. 1-12, dez. 2010. ISSN 1981-8920. Disponível em: <<https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/6585>>. Acesso em: 20 maio 2022. doi:<http://dx.doi.org/10.5433/1981-8920.2010v15n1esp1>.

DINIZ, M. Formação Docente para a Diversidade e a Inclusão. Educação em Foco, [S. l.], v. 14, n. 18, p. 39–55, 2012. DOI: 10.24934/eef.v14i18.230. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/educacaoemfoco/article/view/230>. Acesso em: 20 maio. 2022.

Falcade, Andressa et al. Técnicas de produção e tratamento de dados qualitativos em teses e dissertações sobre tecnologias educacionais digitais utilizando a pesquisa-ação. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos [online]. 2019, v. 100, n. 256, pp. 697-712. Disponível em: <<https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.100i256.4141>>. Acesso em: 18 maio. 2022

MATTAR, João. Metodologias ativas em educação a distância: revisão de literatura. Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância, v. 2, 2021. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.17143/rbaad.v20i1.549>>. Acesso em: 20 maio. 2022

MOURA, D. G.; BARBOSA, E. F. Trabalhando com projetos: planejamento e gestão de projetos educacionais. 8ª ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2006.

RIBEIRO, A. E. Educação e tecnologias digitais na pandemia: ciclos da precariedade. Cadernos de Linguística, v. 2, n. 1, p. e270, 28 jan. 2021. Disponível em: <<https://cadernos.abralin.org/index.php/cadernos/article/view/270>>. Acesso em: 17 maio. 2022.

RIBEIRO, R. M. DA C. Gestão democrática na universidade pública: influências de outros campos na construção de um modelo. Educação Por Escrito, v. 8, n. 2, p. 155-170, 31 dez. 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.15448/2179-8435.2017.2.28841>>. Acesso em: 15 maio. 2022.

SAVIANI, D. Pedagogia: o espaço da educação na universidade. Cadernos de Pesquisa [online], v. 37, n. 130, 2007. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0100-15742007000100006>>. Acesso em: 20 maio. 2022.

SILVA BARBOSA DE OLIVEIRA, C. V.; DUARTE BEZERRA, D. H.; VIANA DE SOUZA TORRES, G. . Revisão Sistemática da Literatura Sobre as Causas de Evasão da Educação a Distância no Brasil. EmRede - Revista de Educação a Distância, v. 8, n. 1, p. 1-15, 16 jul. 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.53628/emrede.v8.1.656>>. Acesso em: 18 maio. 2022

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: ODONTÓLOGO

PROGRAMA

1. Diagnóstico de patologias da região bucomaxifacial com ênfase em patologias bucais.
2. fundamentos da Radiologia e dos métodos radiográficos de uso em Odontologia.
3. Efeitos biológicos das radiações ionizantes e métodos para proteção radiológica.
4. Filmes e processamento radiográfico.
5. Anatomia radiográfica dentomaxilofacial
6. princípios de interpretação radiográfica.
7. Indicações, aplicações e execução das técnicas radiográficas intrabucais: periapicais (bisettriz e paralelismo), interproximais e oclusais.
8. propriedades gerais dos materiais de uso odontológicos.
9. Materiais para proteção do complexo dentinopulpar.
10. Restaurações diretas e indiretas.
11. Cimentos odontológicos.
12. Materias de moldagem.
13. O Sistema Único de Saúde (SUS).
14. Estratégia da Saúde da Família.
15. Diretrizes da Política Nacional de Saúde Bucal/Brasil Sorridente.
16. Ergonomia aplicada à Odontologia.
17. Anatomia e histofisiologia do periodonto.
18. controle mecânico e químico da placa
19. Tratamento periodontal básico.
20. Classificação das doenças periodontais.
21. Cirurgia em periodontia.
22. Situações de urgência e emergência odontológica.
23. Emergências Médicas em Odontologia.
24. Anestesia local em Odontologia.
25. Técnicas anestésicas.
26. Acidentes e complicações anestésicas.
27. Nomenclatura e classificação das cavidades.
28. Princípios gerais do preparo cavitários.
29. Esterilização de material odontológico.
30. Desinfecção e assepsia na Odontologia.
31. Equipamentos de proteção individual.
32. Controle de infecção no consultório odontológico.
33. Aplicação clínica dos princípios oclusais.
34. Cariologia: microbiologia oral; etiologia da doença cárie; histopatologia da doença cárie e prevenção e controle da doença cárie.
35. Lesões cervicais não cariosas.
36. Código de ética odontológico.
37. Atendimento odontológico integral do paciente infantil.
38. Traumatismos dentários.
39. Diagnóstico e tratamento dos problemas de origem endodôntica.

REFERÊNCIA

AGUIAR, Z. N. SUS: Sistema Único de Saúde: antecedentes, percursos, perspectivas e desafios. 2. ed. São Paulo: Martinari, 2015. 189p.

ÁLVARES, L. C.; TAVANO, O.; CAPELOZZA, A. L. A.; CONSOLARO, A. Curso de Radiologia em Odontologia. 5.ed. São Paulo: Santos, 2009.

ANDRADE, E. D.; RANALI, J. Emergências Médicas em Odontologia. 3. ed. São Paulo: Artes Médicas. 2011. 164p.

ANTUNES, J.L.F; PERES, M.A Fundamentos de Odontologia – Epidemiologia da Saúde Bucal. 2. ed. São Paulo: Guanabara Koogan, 2013, 738 p.

ANUSAVICE, K.J. Phillips Materiais Dentários. 12. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. 592p.

BOGLIOLO, L.; BRASILEIRO FILHO, G. Bogliolo Patologia GERAL. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018. 315p.

BRASIL. Lei no 11.889, de 24 de dezembro de 2008. Regulamenta o exercício das profissões de Técnico em Saúde Bucal – TSB e de Auxiliar em Saúde Bucal – ASB.

BRASIL. Decreto no 7.508, de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde – SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa e da outras providências.

BRASIL. Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

CARDOSO, A. C. Oclusão: para você e para mim. São Paulo: Santos: São Paulo, 2010. 235p.

Conselho Federal de Odontologia – Código de Ética Odontológico – Rio de Janeiro, CFO 2012.

CRAIG, R. G.et. al. Materiais Dentários Propriedades e Manipulação. 7. ed. São Paulo: Santos; 2002. 327p.

DIAS, C. R. Promoção e Proteção da Saúde Bucal na Família: o cotidiano da prevenção. São Paulo: Santos, 2007. 122p.

FEJERSKOV, O.; KIDD, E. Cárie Dentária a Doença e seu Tratamento Clínico. 2. ed. São Paulo: Santos; 2011. 640p.

GUEDES-PINTO, A.C.; BONECKER, M. RODRIGUES, C.R.M.D. Odontopediatria - Fundamentos em Odontologia. São Paulo: Santos, 2009. 446p.

HARGREAVES, K. et. al. Cohen Caminhos da Polpa. 11. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017. 1105p.

HUPP, J. R.; ELLIS III, E.R; TUCKER, M. R. Cirurgia Oral e Maxilo-Facial Contemporânea. 6. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015. 692p.

KRIGER, L. ABOPREV: Promoção de Saúde Bucal: paradigma, ciência, humanização. 3. ed. São Paulo: Editora Artes Médicas, 2003. 504 p.

LINDHE, J.; LANG, N. P.; KARRING, T. Tratado de Periodontologia Clínica e Implantologia Oral. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010. 1304p.

LEONARDO, M. R. Endodontia: tratamento de canais radiculares - princípios técnicos e biológicos. São Paulo: Artes Médicas, 2008.

LOPES, H.P., SIQUEIRA JR, J. F. Endodontia: Biologia e Técnica. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 2015. 817p.

MALAMED, S. F. Manual de Anestesia Local. 6. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. 410p.

MONDELLI, J. Proteção do Complexo Dentinopulpar. 1 ed. São Paulo: EAP: APCD: Artes Médicas, 1998. 316p.

MONDELLI, J. et al. Fundamentos de Dentística Operatória. 1. ed. São Paulo: Santos, 2006. 342p.

NEVILLE, BW; DAMM, DD; ALLEN, CM; BOUQUOT, JE. Patologia Oral e Maxilofacial. Elsevier, 4. ed., 2021. 338p.

NEWMAN, M.G. et al. Carranza Periodontia Clínica. 11. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. 1328p.

OKESON, J. P. Tratamento dos Distúrbios Temporomandibulares e Oclusão. 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2021. 481p.

PEGORARO, L.F. Bases para o Planejamento em Reabilitação Oral. 2. ed. São Paulo: Artes Médicas, 2013. 487p.

PEREIRA, A.C. et al. Tratado de Saúde Coletiva em Odontologia. 1. ed. São Paulo: Napoleão, 2009. 704 p.

PINTO, V.G. Saúde Bucal Coletiva. 6. ed. São Paulo: Santos, 2013. 720p.

REGEZI, J.A.; SCIUBBA, J.J.; JORDAN, R.C.K. Patologia Oral: correlações clinicopatológicas. 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008. 417p.

WHITE, S.C.; PHAROAH, M.J. Radiologia Oral: Princípios e Interpretação. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier; 2015. 696p.